



A Inclusão de Alunos Surdos na Escola Professora Consuelo Pinheiro

Maria Evangelina Sampaio Da Costa
Estélio Silva Barbosa

RESUMO

O presente trabalho tem como temática o ensino das crianças surdas numa escola de educação inclusiva. Pretende-se refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, abordando a trajetória histórica da educação dos surdos no Brasil, assim como o bilinguismo como estratégia de comunicação na educação do surdo e os aspectos legais da língua de sinais, cujo problema de pesquisa se identificou “Como é realizado o processo de inclusão das crianças surdas na Escola Professora Consuelo Pinheiro? O Objetivo geral desse estudo é analisar o processo de inclusão das crianças surdas na Escola Professora Consuelo Pinheiro em Teresina. Os objetivos específicos são: identificar os desafios da educação bilíngue para surdo; verificar as possibilidades legais para o ensino de libras na rede regular de ensino; descrever através da pesquisa como os professores estão trabalhando o processo de inclusão de alunos surdos na escola Professora Consuelo Pinheiro. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica e posteriormente, a de campo do tipo descritiva, transversal, de natureza qualitativa, por meio de questionário estruturado autoaplicável. Os sujeitos da pesquisa foram, sendo 4 (quatro) professores. A pesquisa fundamentou-se em autores como Barbosa (2010), Buscaglia (2012), Gomes (2020), Jesus (2015), Quadros (2004), entre outros. Os resultados encontram distribuídos em quatro categorias: Ensino e aprendizagem das crianças surdas na perspectiva dos professores, diretor, assistente social e pais de alunos. Conclui-se que embora a demanda na Escola Professora Consuelo Pinheiro seja muito intensa, há uma eficácia nos atendimentos, de forma que a sociedade e as famílias os avaliam como satisfatória, principalmente no que tange aos educadores e às atividades desenvolvidas na instituição.

Palavras-chave: Aprendizagem; Bilinguismo; Inclusão; Libras.

1 INTRODUÇÃO

A educação inclusiva é um tema que tem se destacado no âmbito de pesquisas educacionais no mundo todo. As estratégias pedagógicas adequadas para que as necessidades educacionais inclusivas deixem de ser motivo de exclusão são ainda um quesito pouco ressaltado nos projetos políticos pedagógicos de algumas escolas.

Nesse sentido, o presente trabalho tem como temática o ensino das crianças surdas numa escola de educação inclusiva. Pretende-se refletir sobre o processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos, abordando a trajetória histórica da educação dos surdos no Brasil, assim como o bilinguismo como estratégia de comunicação na educação do surdo e os aspectos legais da língua de sinais.

Atualmente, com a reformulação da Lei de Diretrizes e Base da Educação (LDB) por meio da Lei 14.191 de 03 de agosto de 2021, que regulamenta a educação bilíngue aos estudantes surdos, desde a educação infantil até o ensino superior, assim como a Lei 12.319, que trata da contratação de interpretes e tradutor da língua de sinais e as demais normas sobre a inclusão dos surdos na educação as escolas regulares têm que matricular educandos com deficiência independentemente do seu diagnóstico, assim muitas escolas contam com discentes “ditos normais” e discentes com deficiência, o que muitas vezes chega a gerar atitudes de exclusão e com aqueles que não se inserem de forma homogênea no contexto escolar.

Essa atitude se deve ao fato de que muitas escolas se encontram despreparadas tanto no que diz respeito à falta de profissionais qualificados, e materiais adequados, falta de um ambiente físico acessível, sem falar na questão da sensibilização sobre o processo educacional pela sociedade, assim, é pertinente às escolas especiais, pois estas trabalham diretamente as necessidades de seus alunos.

Diante desse contexto, algumas questões inquietam, como por exemplo, de que maneira ocorre o processo de inclusão educacional de aluno com surdez em escola inclusiva? Quais as limitações e possibilidades encontradas pela escola, para incluir a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como componente curricular no Ensino fundamental? Quais os desafios enfrentados? Quais estratégias pedagógicas são utilizadas pelos professores para promover a inclusão e não a exclusão desses educandos?

O Objetivo geral desse estudo é analisar o processo de inclusão de alunos surdos na Escola Professora Consuelo Pinheiro em Teresina. Os objetivos específicos são: identificar os desafios da educação bilíngue para surdo; verificar as possibilidades legais para o ensino de libras na rede regular de ensino; descrever através da pesquisa como os professores estão trabalhando o processo de inclusão de alunos surdos na escola Professora Consuelo Pinheiro.

Para o desenvolvimento desse estudo, foram utilizados alguns procedimentos metodológicos que possibilitaram o diagnóstico e descrição da realidade vivenciada por educandos surdos em uma escola de educação inclusiva em Teresina-PI. Dentre os quais utilizou-se a pesquisa bibliográfica em diversas leituras e estudos em artigos, livros e materiais elaborados, de autores que discorrem sobre o referido tema. E a de campo com caráter qualitativo. Segundo Lakatos; Marconi (2018), a pesquisa qualitativa ocorre de forma natural, em que o pesquisador por meio da observação direta do campo empírico faz suas análises e reflexões. O que se torna importante, à medida que os fatos são

compreendidos de maneira mais evidente, pois não interfere nos resultados e sofre a ação direta desse ambiente.

Os sujeitos da pesquisa foram 4 (quatro) professores, a qual foi aplicado um questionário, sendo respondido dialeticamente já que houve a recusa de gravação. A pesquisa fundamentou-se em autores como Barbosa (2010), Buscaglia (2012), Gomes (2020), Jesus (2015), Quadros (2004), entre outros.

2 DEFINIÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DOS SURDOS

A história dos surdos data aproximadamente de 2.000 a 1.500 a.C no período das primeiras civilizações com os egípcios e as antigas leis judaicas, que protegiam os surdos, uma vez que eram considerados um ser sem condição de ser educado. Já em Roma por volta do ano 486 de acordo com o código Justiniano começaram a distinguir os graus de deficiência auditivas, porém, surdo não poderia ser educado (BARBOSA, 2010).

Nesse sentido, nessa época quem nascesse surdo seria tratado com desigualdade e de forma cruel pois a sociedade era indiferente com as pessoas surdas. Esse posicionamento foi reforçado pelos gregos que, por volta de 384 a.c Aristóteles e alguns gregos afirmava que os surdos eram seres incapazes de raciocínios e insensíveis (LACERDA, 2006).

Contudo, essa visão limitada proposta pelas primeiras civilizações é exclusiva e preconceituosa, uma vez, que hoje a vasta literatura e estudos reafirmam que o surdo tem apenas um atraso cognitivo. Ponce de Leon iniciam a educação de crianças surdas através da língua de sinais e do alfabeto manual, se baseava na aprendizagem das palavras começando pela leitura escrita, para aquela época era de suma importância por quer os surdos poderiam tomar posse de suas heranças se falassem e também só poderiam estabelecer matrimônio mediante a permissão do papa.

Em 1776 foi lançado um livro com métodos e estratégias didáticas por L'Épée, que favoreciam a leitura e a escrita, muitos deles tornaram-se professores de outros surdos, foi por esse escritor que se iniciou a linguagem de sinais como a língua natural dos surdos instrumento adequado para o desenvolvimento do pensamento e da comunicação (ROSA, 2013).

Ainda de acordo com Rosa (2013), a língua de sinais é instrumento para o sucesso da comunicação entre a população surda, assim quanto mais cedo a criança

começasse a aprender e a se envolver no ambiente linguístico melhor seria sua assimilação.

Ponce de Leon iniciam a educação de crianças surdas através da língua de sinais e do alfabeto manual, se baseava na aprendizagem das palavras começando pela leitura escrita, para aquela época era de suma importância por quer os surdos poderiam tomar posse de suas heranças se falassem e também só poderiam estabelecer matrimônio mediante a permissão do papa.

Contudo, Geoge Dalgano (1928-1978) atribuiu grande importância a educação precoce e ao ambiente linguístico em que a criança surda deve ser educada. Defende o uso contínuo do alfabeto manual desde o berço até para permitir ao bebê o desenvolvimento da linguagem (BAR; MASUTI, 2015).

Rosa (2013) observa que foi a partir da leitura-escrita, que se buscavam estratégias para desenvolver as habilidades de articulação das palavras e leitura labial. Os professores buscavam alternativas para compensar a fala sempre foi o principal objetivo da educação de surdos e todas as estratégias adotadas tinham como ponto de chegada a normalização dos surdos para que estes pudessem viver em harmonia com a sociedade majoritária.

Em 1978 foi realizado em Paris o I Congresso Internacional sobre a instrução de surdos, que contribuiu para o avanço social desses sujeitos, trazendo uma grande conquista para essa população, a possibilidade de assinarem documentos. Foi o primeiro passo, ainda que não lhes garantisse a integração social.

A história da educação no Brasil remonta a um processo de conhecimento transmitido pela população indígena. Com a chegada dos portugueses, em meados do final do século XV, início do XVI, introduziu-se à educação brasileira o modelo europeu repressivo. Além disso, a companhia jesuíta e a sua influência católica logo se instalaram (SOUSA, 2007).

Um processo de segregação instalou-se desde a “descoberta” do Brasil, pois a educação era dedicada a poucos, os negros (escravos), as mulheres, e até os mestiços não eram contemplados com o ensino escolar. Os homens brancos estudavam nas escolas dos jesuítas ou deslocavam-se para a Europa.

Durante muito tempo, permaneceu este cenário, inclusive quanto às pessoas com deficiências que eram vistas como uma aberração social, eram perseguidas, abandonadas e até eliminadas. A partir do final do século XVIII, esse educando era recolhido a determinadas instituições. Busca-se a inclusão dos deficientes à educação normal,

incluindo-os ao ambiente escolar, bem como aos demais alunos, quebrando as barreiras, distanciamento e isolamento.

A “educação dos excepcionais”, de acordo com Mazzota (2006), se concretizou somente no final dos anos cinquenta do século XX. Destaca, ainda, que ações no sentido de inserir as pessoas com deficiência nas escolas dividem-se em dois períodos: de 1854 a 1956 foram as iniciativas oficiais e atitudes particulares isoladas e de 1957 a 1993 caracterizou-se por iniciativas de caráter nacional.

Diante dessa trajetória da educação de surdos observou que durante essa evolução houve a junção da oralidade com a Libras, sendo conhecida como comunicação total. Assim, é importante que haja uma interação entre a linguagem gestual e a escrita. E o bilinguismo é esse método de interação entre a criança surda e o adulto que atribui a língua de sinais como a principal forma de comunicação, com a oralidade e a língua portuguesa escrita como segunda língua complementando a inclusão dessa população.

O bilinguismo permite que, dada a relação entre o adulto e a criança, esta possa construir uma autoimagem positiva como sujeito surdo, sem perder a possibilidade de se integrar numa comunidade de ouvintes. A proposta bilíngue possibilita ao leitor surdo fazer uso das duas línguas, escolhendo a qual irá utilizar em cada situação linguística.

Dentro deste panorama histórico, a inclusão ao Brasil tendo como eixo a Constituição Federal de 1988 a qual fala que todos têm direito a educação (BRASIL, 1988), e com a criação da lei n 9394/96-Lei de Diretrizes e Bases Nacional da Educação garantindo que o acesso e a permanência das pessoas com necessidades educativas especiais aconteçam, preferencialmente, nas redes de ensino regular.

Contudo, vale ressaltar que a educação é de direito de toda e qualquer criança, independentemente de sua etnia, classe social ou necessidade especial, todas as pessoas com deficiência vêm sendo inseridas nas escolas que são de melhor acesso a sua família, em escolas que pertence à mesma comunidade em que residem a Declaração de Salamanca, LDB, a Lei 14.191 de 03 de agosto de 2021 e outras leis que regulamentam a inclusão de crianças surdas na educação regular.

No tópico a seguir são traçadas considerações sobre o bilinguismo e a comunicação como estratégia de inclusão e desenvolvimento do aluno surdo, ressaltando as diversas possibilidades de se trabalhar a educação com esses sujeitos de direito.

2.1 Bilinguismo como estratégia de comunicação na educação do surdo

A inserção de estudantes com surdez numa rede regular que ensina somente na língua portuguesa, dentro de espaços estruturados para alunos que crescem ouvindo e falando esta língua, se confunde com a ultrapassada concepção voltada para a política de integração onde era o estudante que tinha que se ajustar ao padrão geral para conseguir frequentar a sala comum e não reflete os atuais princípios educacionais inclusivos.

Nesse contexto, Lacerda (2006) afirma que o atraso de linguagem no aluno com surdez acarreta consequências sociais, psicológicas, emocionais e cognitivas, corroborando com uma defasagem em relação à escolarização e ao processo de organização adotado no Brasil idade/série. Assim sugere a elaboração de projetos educacionais que visem suprir às necessidades do estudante com surdez, de modo a favorecer o desenvolvimento de suas habilidades, psicossociais.

A libra é uma modalidade visual-gestual, que se estabelece a partir da visão, bem diferente da linguagem oral, pois não se utiliza do canal oral, mas através da visão. É bem mais que símbolos e gestos, é modo como um determinado segmento da sociedade consegue se expressar com lógica e coerência com pessoas iguais a elas ou com pessoas que se expressam através da oralidade (JESUS, 2015).

Desse modo, compreende-se que língua de sinais utilizada no Brasil pelos surdos adota uma gramática individualizada, que venha contemplar as necessidades de seus praticantes a partir de elementos constitutivos, estruturada nos mecanismos fonológicos, morfológicos, sintáticos e semânticos bem específicos de seus usuários, que assim como a gramática tradicional deve ser estudada durante as modalidades de ensino, não apenas em alguns meses, como muitos professores acreditam.

Vale ressaltar que a Libras é reconhecidamente como o meio de comunicação e expressão da comunidade surda, criada por meio da Lei Nº10. 436, de 24 de abril de 2002 e regulamentada pelo Decreto Nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005. A educação dos surdos deve ser realizada em um contexto educacional em que se envolvem as duas línguas e não apenas no espaço educacional (sala de aula) que deve ser bilíngue e a língua principal ou L1 é a libras e o português a língua secundária (JESUS, 2015).

Embora a Libras tenha sido reconhecida oficialmente apenas em 2002, desde a década de 1980 que os estudos sobre o bilinguismo entre os surdos já se iniciavam no Centro de Audição e Linguagem (CAL), em Curitiba com estudo piloto entre alunos surdos desse, devido a necessidade de comunicação com esses alunos de forma natural, pois entendiam que esses alunos tinham receio de aprender e desenvolver a linguagem oral, preferindo os gestos e mímicas (PINHEIRO, 2016).

Assim, o letramento entre os alunos surdos é um processo histórico de muitas lutas pelo seu espaço e conquistas sociais inclusivas que reconhecem que esses educandos precisam das duas modalidades linguísticas, assim usa-se a escrita na língua portuguesa e a libras na oralidade e comunicação com seus pares e com a sociedade de uma forma geral.

Sobre esse contexto, Soares (2003) explica que há uma diferença entre alfabetização e letramento do aluno surdo, assim é importante distinguir e definir alfabetização e letramento, uma vez que o primeiro diz respeito ao ensino e a aprendizagem da língua escrita, dos códigos e aquisições da escrita, ao passo que o segundo, é o desenvolvimento das práticas sociais, comunicação e interação com o mundo, ou seja, a leitura e a escrita.

Nessa perspectiva, observa-se que a leitura e a escrita se internaliza a partir de duas dimensões, a individual que consiste na habilidade e conhecimento linguístico e psicológico, associando os símbolos escritos e sons, e sendo capaz de interpretar os textos. E a social, que vai além da decodificação, criando habilidades e conhecimentos que tornam o indivíduo capaz de interagir por meio das atividades de leitura e escrita pertencentes à sua cultura, ele compreende e socializa o que leu formula um pensamento coeso e emite uma resposta satisfatória.

Desse modo, o letramento é diferente da alfabetização, mas um não existe sem o outro uma vez que são inseparáveis. Assim um não precede o outro e cada um tem sua especificidade. Pode-se, então, alfabetizar letrando e letrar alfabetizando. Essa compreensão é fundamental para o desenvolvimento do letramento nas pessoas com surdez ou deficiência auditiva (PINHEIRO, 2016).

Entretanto, a literatura tem evidenciado que os alunos surdos, apresentam dificuldade no aprendizado da língua portuguesa, principalmente a escrita devido ao modo estrutural que aprendem a libras, o pensamento e a sequência é diferente, e compromete a estrutura gramatical.

A esse respeito, Vygotsky (2004) observou que aquisição de linguagem sob a perspectiva social, afirma que o aluno utiliza signos tanto para se comunicar quanto para pensar. Assim, modificam o meio social, por meio da relação de recíproca dependência. Portanto, sem interação social não há consciência pessoal, nem tão pouco haverá assimilação do português escrito.

Diante desse contexto, observa-se que a aquisição da língua portuguesa é complexa e associá-la ao bilinguismo implica em adotar uma abordagem que estabeleça

uma concepção de língua que servirá de base para definir como esta deverá ser ensinada e aprendida. É posicionar-se. A literatura ressalta a existência de três abordagens linguísticas que fundamentaram os métodos: o estruturalismo, o funcionalismo e o interacionismo (SANTANA, 2018).

O estruturalismo consiste numa abordagem que foi criada nos anos de 1950 por Ferdinand Saussure como um código de elementos relacionados estruturalmente, usados para a codificação e decodificação do significado. Aprender uma língua é cumprir o objetivo de dominar estes elementos. Essa abordagem tem o apoio do behaviorismo, que defende o condicionamento, o reforço positivo e a formação de hábitos como base para a aprendizagem. Trata-se da prática pedagógica estruturalista apoiar-se na memorização de estruturas por meio de repetições e exercícios mecânicos (SALLES, et al., 2004).

Já o funcionalismo foi um movimento iniciado na década de 70, com o inglês Hymes, partindo da noção chomskyana do funcionamento da linguagem humana, ampliou o conceito de competência comunicativa e rompeu com o estruturalismo. E adotou a língua como para a expressão de significados funcionais. Aprender uma língua implica não somente dominar as estruturas e itens lexicais, mas também aprender as regras pragmáticas e sociais da língua (SANTANA, 2018).

O interacionismo concebe a língua como um instrumento para as relações interpessoais e para o desempenho de transações sociais entre indivíduos, a comunicação é percebida com um meio para a criação e manutenção das relações sociais. A aprendizagem acontece diante dessa interação, na construção do discurso. Essa corrente linguística leva em consideração as funções comunicativas da língua, em que o aluno constrói seu conhecimento a partir da interação com os outros alunos, com o professor e consigo mesmo (SOARES, 2015).

Nessa proposta interacionista a língua de sinais surgiu como uma estratégia de empoderar as pessoas surdas e garantir uma educação inclusiva, pois a língua portuguesa só será compreendida quando conseguir assimilá-la, pois há uma tendência em reconhecer o domínio da escrita como o politicamente correto.

Vygotsky julga que a linguagem tem papel decisivo na formação dos processos mentais, e a língua, além de ser uma forma de comunicação, é uma função reguladora do pensamento. A linguagem torna-se um meio de transmitir conceitos e sentimentos, além de propiciar elementos para ampliar conhecimentos.

O Bilinguismo é reforçado pela teoria de que o surdo deve ser bilíngue, ou seja, adquirir como língua materna a língua de sinais, a língua natural dos Surdos, e como segunda língua, a língua oficial de seus pais (OLIVEIRA; WALTER, 2016).

Alfabetização é um processo de construção de funcionamento das regras do sistema alfabético de escrita; para facilitar o processo de alfabetização, é possível propiciar condições para que o alfabetizando seja capaz de ler, escrever e fazer uso real e adequado da escrita com todas suas funções (ARAÚJO, 2014); (SIRQUEIRA, 2012).

Brito (2012) em seu estudo, enfatiza a importância da escolha, pelo professor, do método a ser utilizado na alfabetização de crianças surdas. A formação de professores é de suma importância para a renovação do sistema educativo em relação à inclusão (LUNA; JULIÃO, 2016). No contexto educacional, é perceptível a necessidade de buscar meios de solucionar possíveis “faltas” desde a formação inicial dos professores que já atuam nas salas regulares de ensino com alunos portadores de necessidades educacionais especiais (NEEs) como também capacitando os futuros educadores, nas universidades, em seus cursos específicos, para que estejam verdadeiramente preparados para exercer satisfatoriamente um trabalho com esses estudantes (ALVES, 2009); (BRASIL, 2008).

3 METODOLOGIA

O presente estudo caracteriza-se, de acordo com Martins (2013), como uma pesquisa do tipo descritiva, transversal, de natureza qualitativa, desenvolvida por meio de uma pesquisa de campo em que o objetivo é analisar o processo de ensino aprendizagem das crianças surdas na Escola de Educação Especial Professora Consuelo Pinheiro em Teresina. Ela é transversal por levantar dados em um tempo determinado de forma observacional, sem interferir no ambiente natural.

A pesquisa descritiva serve para descrever as características de determinadas populações ou fenômenos, proporcionando maior familiaridade com o problema. Entende-se que esse tipo de pesquisa, “[...] permite ao autor tornar mais explícito o problema, aprofundar mais as ideias sobre o objeto de estudo” (ALVES, 2010, p.52).

Também é uma pesquisa do tipo descritiva porque, segundo Gil (2018, p.160) “[...] compreende a obtenção e exposição de dados representativos de determinada situação ou fenômeno”.

A opção por essa modalidade de pesquisa se deu pela compreensão de que a pesquisa pressupõe o contato direto do pesquisador no ambiente a ser pesquisado e com os respectivos sujeitos, afinal, essa investigação, via de regras, ocorre através do trabalho

de campo (GIL, 2018). As fontes, portanto, para este estudo permitiram, além do contato direto como ambiente natural no local pesquisado, a possibilidade de manter um contato direto com as professoras na coleta dos dados.

É, também, uma pesquisa de campo, que segundo Marconi e Lakatos (2018) se trata em observar os fatos no local da pesquisa e assim obter as informações sobre determinado problema, para o qual se procura uma resposta, ou uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda, de descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

3.1 Local de pesquisa e os Participantes

A Escola de Educação Especial Professora. Consuelo Pinheiro está localizada à Rua Francisco Mendes, 290, Por enquanto, Teresina - Piauí. É uma instituição que funciona em parceria com o CAS/SEDUC. A escola foi fundada em Teresina – PI, em 1968 pelo casal João Porfírio de L. Cordão e Maria do Socorro de Sá Lima, após procurar no Rio de Janeiro uma instituição educacional para acompanhar seu filho Esback José Porfírio de Sá Lima, diagnosticado com múltiplas deficiências, mas a escola procurada não poderia prestar atendimento ao filho do casal, então resolveram fundar uma escola para crianças com deficiência, e assim, criaram a escola que homenageou a diretora que lhe orientou a criar a escola, dessa forma, poderia ajudar o seu filho e outras famílias que passavam pelo mesmo problema que eles.

A escola conta com 15 funcionários, sendo 10 (dez) professores, 01 (uma) assistente social, 2 (dois) serviços gerais, 1 (uma) secretária e 1 (um) diretor. Os sujeitos da pesquisa foram 4 (quatro) professores, que nas análises de dados denominamos de P1, P2,P3,P4, para melhor apresentação.

O instrumento utilizado para registro de dados foi um questionário estruturado autoaplicável, que consiste em perguntas ordenadas, sendo possíveis em três formas: as descritivas, comportamentais e preferenciais, cada uma delas com suas características próprias. As descritivas descrevem o perfil dos participantes, podendo ser em relação à renda, idade, escolaridade e profissão; as comportamentais buscam conhecer o comportamento em relação ao padrão de consumo, comportamento social, econômico, pessoal, entre outros, já o preferencias estão relacionados à avaliação de opiniões de alguma condição ou circunstância que tem relação com a problemática da pesquisa (JACOBSEN, et al., 2017, p.9).

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 O ensino e aprendizagem das crianças surdas na perspectiva dos professores

Esta categoria apresenta os dados obtidos com os quatro professores entrevistados, apontando assim algumas situações sobre a importância da parceria família e escola no processo de ensino e aprendizagem nas séries iniciais do ensino fundamental. As perguntas e respostas são apresentadas em quadros, com a intenção de traçar um paralelo entre as mesmas.

Em relação à primeira parte do questionário que apresentava informações sobre o perfil dos educadores, observou-se que as quatro são do sexo feminino, inclusive vale ressaltar que a escola tem um quadro de 100% das educadoras formadas por mulheres, todas graduadas em Pedagogia com especialização, sendo que as analisadas apresentam Educação Especial, Psicopedagogia Clínica e Institucional e Libras.

A segunda parte do questionário é composta de perguntas subjetivas que serão apresentadas de acordo com a ordem do questionário em quadros, contendo a pergunta e as respostas das quatro professoras. Iniciando foi questionado, sobre como funciona o ensino e aprendizagem das crianças surdas, as professoras responderam que é adaptado para a realidade do aluno, utilizando a linguagem visual e a Libras como língua principal, conforme pode ser observado no Quadro 1.

Quadro 1: Funcionamento do ensino e aprendizagem das crianças surdas

Como funciona o ensino e aprendizagem das crianças surdas?	
Entrevistadas	Respostas
P1	Quando tem outro aluno que não é surdo na sala tem essa dificuldade de entender, porque é ensinado libras e do mesmo jeito a criança surda, aí é necessário fazer uma adaptação.
P2	Em vez de ser oral é o visual especial, que a gente utiliza. Principalmente para questão da leitura.
P3	O processo de ensino e aprendizagem da criança surda a gente fixa em três pontos, que é fazer para ela assinar na libras, que é a língua materna delas e no português, sempre simultaneamente, fazendo e sinalizando pra criança.
P4	Funciona da seguinte maneira, nós vamos trabalhando ensino bilíngue, onde apresentamos o conteúdo da disciplina na língua portuguesa e também na interpretação na língua natural dos surdos E do mesmo jeito são as atividades impressas feita para eles tanto na língua portuguesa como na língua de sinais.

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

As professoras trabalham o conteúdo de forma simultânea com a Libras como língua natural e o Português como a língua secundária, ficando restrita a escrita, observou-se que são trabalhados os conteúdos da base curricular e com textos multimodais.

A realidade das educadoras colabora com os estudos de Sá (2006, p.85), ao afirmar que as escolas estão sendo estimuladas a trabalharem propostas educacionais bilíngues, onde a libras é a primeira língua e o eixo fundamental do trabalho pedagógico. Em vista disso, as discussões que comprovam o fracasso das abordagens anteriores, têm levado a todas as propostas de educação a buscarem uma caracterização bilíngue no atendimento às necessidades das pessoas com surdez.

Outro ponto averiguado foi sobre as limitações e possibilidades encontradas pela escola, para incluir a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como componente curricular no ensino fundamental e as professoras responderam que não existe mais limitação em adotar o ensino bilíngue, a escola já utiliza em todas as séries tanto para alunos surdos, quanto ouvintes.

Quadro 2: Limitações e possibilidades da inclusão da LIBRAS como componente curricular no ensino fundamental

Quais as limitações e possibilidades encontradas pela escola, para incluir a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como componente curricular no ensino fundamental?	
Entrevistadas	Respostas
P1	Não temos dificuldades nenhuma para incluir os alunos, porque trabalhamos já com libras, embora, tenhamos outras crianças com necessidades diferentes que também acolhemos.
P2	A professora não quis responder essa pergunta
P3	Eu acho assim, aqui a gente não tem mais essa questão da limitação, pois já foi colocado na proposta pedagógica e contempla o ensino de Libras e suas habilidade, consideramos uma escola bilíngue.
P4	A instituição educacional já incluiu a língua de sinais, e nós além de fazer do ensino bilíngue adaptado para os nossos alunos surdos, nós também incluímos a Libras como disciplina, não apenas para os alunos surdos mas também para toda a escola questão.

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

De acordo com as professoras, a escola não oferece empecilho para trabalhar a Libras, pelo contrário, é ofertada essa modalidade linguística a todos os educandos da escola, promovendo assim a inclusão, visto que o processo de inclusão do aluno com deficiência não é apenas inseri-lo na sala de aula, constar no senso escolar como matriculado, é oportunizar condições de acessibilidade, de desenvolvimento social, psicológico e cognitivo.

Reforçando esse pensamento, Damásio (2005) reitera que a Libras permite o desenvolvimento linguístico, social e intelectual dos alunos surdos que a utilizam como instrumento comunicativo, favorecendo seu acesso ao conhecimento cultural científico, bem como a integração no grupo social ao qual pertence.

Dando continuidade, foi questionado às professoras se a escola de educação especial favorece a boa formação de um aluno. As educadoras responderam, que sim, que a escola inclusiva tem uma metodologia diferenciada das escolas regulares, como pode ser observado no Quadro 3.

Quadro 3: A escola de educação especial favorece a formação do aluno

Em sua opinião, a escola de educação especial favorece a boa formação de um aluno? Justifique.	
Entrevistadas	Respostas
P1	Favorece e discutimos muito essa questão, como trabalhar, mas quando saímos [...] ficamos em dúvida, se funciona ou não a escola especial .
P2	Nós não somos mais uma escola de educação especial e inclusão, ela favorece ensino-aprendizagem, porque é diferente, não só com seus pais, mas com os outros também favorecem estimula a aprendizagem. A gente atende, além de tudo a gente aprende. E os outros alunos também aprendem a língua de sinais. Por que a gente fala mais para que eles possam estar interagindo com seus colegas surdos e a escola inclusiva é melhor do que a escola especial aqui no caso Educação Especial. Nós não somos mais escola especial, fazemos parte de uma escola inclusiva. A escola inclusiva favorece e estar na escola aprende libras.
P3	Eu acredito que sim, principalmente para o aluno surdo, o ideal seria ou escola especial ou escola bilíngue, e que realmente seja inclusiva, e ofereça um ensino de qualidade como a gente tem visto aí, escolas como Matias Olímpio e no bairro Dirceu, que realmente trouxera a questão da inclusão com o curriculum adaptado e os outros alunos tiveram aulas de libras e sabem se comunicar em libras pois não adianta colocar o aluno surdo sozinho na sala para ele interagir só com o professor e com o intérprete, ele tem que interagir com outras turmas se adapta melhor com sua língua materna, para ele achar os seus pares se não eles vão querer imitar o ouvinte principalmente quando a criança é pequena, o maior não porque ele já entendeu isso .
P4	A educação especial ela foi a mola mestre da educação inclusiva, então eu acredito que ela não deve morrer, ela não deve ser sufocada. Nós estamos aí vendo essas mudanças de debate com relação ao novo decreto sobre a educação inclusiva é a nova política, nós não devemos deixar de lado a educação é especial, porque ela foi a porta de entrada para que essas crianças fossem de certa forma reconhecida de que eram capazes

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

A escola de educação especial favorece o processo de ensino-aprendizagem dos seus educandos, uma vez que disponibiliza professores preparados, metodologias inclusivas, recursos materiais para a inclusão e essa deveria ser a pauta e o modo de educar de todas as escolas, oportunizando diferentes metodologias para os diferentes tipos de

aluno, para que todos se sentissem pertencentes inclusos nesse importante processo de aprendizagem.

Relatos que corroboram ao pensamento de Martins (2011), ao ressaltar que para que as situações de inclusão ocorram, é necessária uma efetiva preparação de profissionais de educação que proporcionem um contínuo desenvolvimento pedagógico e resulte numa nova maneira de perceber e atuar com as diferenças de todos os alunos em classe.

Outro tema abordado com as professoras foi em relação às estratégias pedagógicas utilizadas para promover a inclusão e a não exclusão desses educandos. As estratégias utilizadas em sala de aula são diversificadas, de acordo com a respostas das educadoras, apresentadas no Quadro 4.

Quadro 4: Estratégias pedagógicas utilizadas para promover a inclusão e a não exclusão desses educandos

Quais estratégias pedagógicas são utilizadas para promover a inclusão e a não exclusão desses educandos?	
Entrevistadas	Respostas
P1	No caso dos surdos trabalho muito com a libras, temos jogos e muito material em libras não temos dificuldades.
P2	Aqui, a gente procura promover atividades em Libras adaptadas. Por exemplo está nas plantas, as partes das plantas e não vou botar só o português, no final também a gente inclui a Libras no cotidiano de toda atividade toda explicação, vídeos em Libras. Para o outro aluno que não é, também tá sendo incluído porque senão não poderia ser excluído essas adaptações para libras, inclusão ocorre diariamente tudo que a gente faz seja na escrita, ou na oralidade.
P3	Utilizo músicas e traz o máximo de conteúdo, imagens, tem a questão da comunicação em libras, jogos adaptados em libras, e traz o texto primeiro o vocabulário sinalizando para eles, as outras crianças gostam e acham interessantes aprender trabalhar com crianças surdas.
P4	As estratégias mais utilizadas são os jogos, as brincadeiras e com pandemia as aulas eram remotas, agora que nós estamos voltando devagarinho, nós estamos vivendo um momento de adaptação, mas de certa forma foi bom para que nós professores, buscasse mais alternativas, mais opções, trabalhava com recursos audiovisuais e vamos buscar mais ainda.

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

Observa-se que as professoras utilizam diversas estratégias de atividades inclusivas, não excludentes, pois as professoras ministram aulas para ouvintes e surdos e todas retrataram que trabalham com a Libras e com textos, jogos que são adaptados para os alunos surdos.

Nesse contexto, Santana (2018) pontua que uma estratégia eficiente para ser trabalhada em uma sala inclusiva é a multimodalidade, sendo bem relevante para o surdo por considerar as propriedades visuais em sua proposta. E desenvolve a competência

linguística do surdo que envolve a compreensão dos significados contidos em um texto multimodal e vai além de saber o signo isolado. Pressupõe, também, o entendimento de como e onde utilizar seus conhecimentos linguísticos de acordo com o contexto discursivo.

Dando continuidade à análise das professoras, foi questionado sobre quais as disciplinas que as crianças se destacam e as que têm mais dificuldades. As educadoras disseram que o Português é a disciplina, que os alunos surdos tem mais dificuldades, ao passo que ciência é a disciplina que eles mais se destacam. Conforme Quadro 5.

Quadro 5: Disciplinas que as crianças se destacam e as que têm mais dificuldades

Quais são as disciplinas que as crianças se destacam e as que têm mais dificuldades?	
Entrevistadas	Respostas
P1	As crianças se destacam em Artes e Matemática, apresentam maior dificuldade no Português, porquê é complicado para ler.
P2	Ciências gostam muito, pois tem experiência a gente coloca a prática. Para eles é muito bom, mas eu não sei te dizer das outras que é necessária essa de ciências, eles gostam muito, visto que mexe com a natureza, no dia a dia procuro falar com o cotidiano deles, se é algo que não esteja na realidade, então vamos tentar aprontar coisas que eles conheçam, assim vamos fazer experiências práticas que eles possam realizar então.
P3	Já tenho mais de 13 anos de experiência com aluno surdo, eles sempre dizem que gostam muito da Matemática, pois gostam muito do que é raciocínio lógico, também gostam da língua de sinais Por que a língua materna dele, eles identificam muito com a gente, percebo também, que uma das maiores dificuldades, que eu tenho encontrado durante essa trajetória é a escrita, e a interpretação do aluno surdo com relação à língua portuguesa, e isso a gente traz aqui e lembra também que já vem de muito tempo, pelas dificuldades, pelas limitações que tiveram de acesso à escola, que demorou muito, as práticas pedagógicas que não eram adaptados aquilo que ele foi colocado dentro da sala de aula, não teve aquele acesso para que ele tivesse uma boa ferramenta no processo de aprendizagem adequada.
P4	Dificuldade em português, pois não é sua língua materna e é muito complicado, como explicar parágrafo e fonemas, é complexo ensinar a consciência fonológicas, encontros vocálicos, consciência silábica. Agora, Matemática, Ciências e História eles gostam mais.

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

De acordo com as respostas das professoras, foi possível identificar que os alunos surdos têm uma tendência a gostar de raciocínio lógico, de disciplinas de cálculos, que é uma particularidade, já as crianças ouvintes costumam gostar de disciplinas de humanas, que não tenham que desenvolver o raciocínio lógico, assim como o Português e essa diferença pode ser um fator inclusivo que os professores podem estar trabalhando em grupos, assim os alunos ouvintes passam seus conhecimentos sobre a linguagem escrita e aprendem, sobre o raciocínio lógico.

Nesse sentido, Santos (2016) observa que projeto de inclusão das pessoas com deficiências nas escolas envolve vários agentes escolares, sociais e públicos. Os professores, pois na sala de aula seriam os adaptadores do ensino inter-relacionado; os pais, que são à base da existência e da maneira de ver mundo, a base familiar é primordial; as políticas públicas, que regulamentam a inclusão de maneira a coibir o preconceito, a segregação, e, ao mesmo tempo, protegem aqueles que possuem uma necessidade especial.

Dando continuidade ao questionário aplicado às professoras, foi questionado sobre os desafios da escola diante do processo de inclusão e políticas públicas, esse é um tema bem interessante quando se trata de inclusão escolar. As professoras responderam que assim como as escolas regulares, os desafios são inúmeros, pois falta políticas que realmente incluam e não apenas insiram esses educandos na sociedade, como pode ser observado no Quadro 6.

Quadro 6: Os desafios da escola diante do processo de inclusão e políticas públicas

Quais são as disciplinas que as crianças se destacam e as que têm mais dificuldades?	
Entrevistadas	Respostas
P1	Os desafios da inclusão são muitos, por que quando eles sai da escola ficamos preocupado, se eles vão ter o mesmo acompanhamento, a mesma assistência e tem o preconceito, muitos são discriminados, pois a escola regular formam turmas com 30 alunos e a maioria são ouvintes e não tem políticas sociais de inclusão e esse aluno fica apenas matriculado, mas não participa do processo de ensino-aprendizagem.
P2	O principal desafio enfrentado pela escola é em relação aos recursos audiovisuais, então às vezes a gente não tem como trazer o computador pessoal para sala de informática, pois seria interessante fazer atividades com tecnologia, para poder fazer a revisão mais interativa, com mais um seria melhor, e as políticas públicas seriam próprio governo a efetivar e mudar o que ele tá fazendo.
P3	O maior desafio é a participação da família. É importante que seja desenvolvido parceria com família, visto que a primeira barreira da comunicação é a família participar do processo, não apenas trazendo filho na escola, mas acompanhando porque nós percebemos que os alunos surdos que se destacaram, ou que hoje já estão em destaque na comunidade surda e na sociedade ouvinte centro do Estado do Piauí foram alunos que os pais, as famílias estiveram com eles desde o começo então, mostra que o papel da família é essencial não é somente a escola. Em relação a políticas sociais um dos grandes desafios que as escolas enfrentam, principalmente as escolas especiais é a falta de incentivo a essas escolas, pois precisam de suporte, de aparelhamento ou de capacitação. Aqui nós temos professores que já se formaram letras libras, professores especialistas em língua de sinais e a formação e interpretação e tradução, assim os próprios professores buscaram para si a capacitação, nós não tivemos suporte em relação as políticas públicas é preciso ver essa questão.

P4	Os desafios são grandes, a escola tem uma proposta inclusiva, mas precisa implantar ainda algumas medidas, como sinalização no banheiro, nas salas, e dispor de uma estrutura mais ampla e com mais professores interpretes.
-----------	--

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

Observa-se que as professoras têm consciência que os desafios da escola especial são inúmeros, que embora seja uma escola inclusiva ainda falta muito para disponibilizar uma educação de qualidade, pois é primordial que haja capacitação e formação continuada a esses profissionais, assim como laboratórios audiovisuais, mais computadores, materiais pedagógicos, laboratório de ciência, atividades lúdicas e que as políticas públicas de inclusão sejam efetivas, principalmente que a família assume seu papel de destaque, acompanhando, orientado e incluindo seu filho na sociedade.

Diante desse contexto, Buscaglia (2012) afirma que o Brasil ainda não conseguiu aliar a teoria com a prática nas escolas e nem avançar no processo educacional de crianças surdas, visto que na grande realidade das instituições escolares, as crianças são matriculadas nas escolas, mas não são incluídas nas atividades com os outros colegas de classe. Essa realidade, porém, não é apenas das crianças surdas, mas de todas as crianças com deficiência e precisam de uma atenção diferente, como os alunos com síndrome de Down, ou os alunos com transtorno do espectro autista, ou mesmo os alunos com deficiência, enfim, não importa qual seja a necessidade dos educandos, as escolas ainda não estão preparadas para a inclusão de fato e de direito.

A inclusão da criança com deficiência é um processo gradativo que envolve a família e a escola, para que juntos proporcionem um desenvolvimento tanto educacional quanto pedagógico. E, assim, visualizar um novo modo de conviver com as diferenças, pois é um elemento da normalidade. Nessa perspectiva foi questionado aos professores sobre as contribuições que a escola pode proporcionar para as crianças surdas e as educadoras responderam que a oportunidade de trabalhar na língua materna, aprendendo inicialmente a Libras como língua principal, colocando essa criança para se comunicar por gestos, que não só fazem sentido, como exprimem seus pensamentos e linguagem. Conforme o Quadro 7.

Quadro 7: As contribuições que a escola pode proporcionar as crianças surdas

Quais são as contribuições que a escola pode proporcionar as crianças surdas?	
Entrevistadas	Respostas
P1	É dá o máximo que a gente pode para eles, procura dar o acolhimento que não tem fora e damos cursos pras mãe dialogar com seus filhos, ter uma comunicação, pois os pais não sabem fazer um sinal de libras e nós procuramos da sempre o melhor.

<p>P2</p>	<p>A aprendizagem significativa, porque respeita a língua dele, a libras como primeira língua e o português como segunda língua, então o que mais vai ser diferente da história é uma aprendizagem significativa que ele saiba o que está acontecendo, porque estou trabalhando na língua dele materna e é o que mais a gente quer, uma aprendizagem significativa que não seja só aquela aprendizagem, mas que possa dar uma autonomia dentro do contexto dele.</p>
<p>P3</p>	<p>As contribuições que a escola pode proporcionar para as crianças surdas são inúmeras, nós sabemos que hoje grande parte dos alunos da instituição que passaram por aqui, são professores universitários que foram aprovados hoje são instrutores em Centro de Formação, também temos alunos que estão terminando suas graduações do curso de letras libras, então é um reconhecimento do trabalho que ela fez que ela começou há 50 anos, que não desistiu apesar das dificuldades, apesar de todas as dificuldades que tanto os alunos, quanto os familiares e a comunidade surda passaram e hoje nós colhemos os frutos. O objetivo maior da instituição é o sucesso do seu alunado, enquanto instituição nós percebemos que estamos no caminho certo, ainda que seja a passos lentos, a passo devagar, pequenos, mas acreditando que é crescendo, ainda devagarinho, sentido que a gente acredita que a instituição tem investido, tem contribuído e que certamente vai fazendo parceria com o ensino fundamental para educação bilíngue da comunidade surda.</p>
<p>P4</p>	<p>A contribuição de vivência e se tiver alunos surdos melhor e tem crianças que não sabem se comunicar, crianças envergonhadas, quando veem outras crianças falando, quer falar também seu idioma e vir para cá é seu espaço para sinalizar.</p>

Fonte: Dados coletados pelo autor (2021).

As professoras destacaram muito bem as contribuições da escola para as crianças surdas, que vão além do simples ato de ensinar, são instituições responsáveis por educar, por criar sujeitos ativos, participativos e atuantes na sociedade, e para as crianças surdas essa missão, ultrapassa os limites escolares e abrange a inclusão, o pertencimento.

A escola para Freire (2014) como instituição sistematizada do saber, ultrapassa a experiência familiar, e acelera a socialização e cria condições para inserção do indivíduo no processo civilizador, além de auxiliar a formação e a transformação de um patrimônio cultural comum. Desse modo, a escola também ensina as normas da convivência social e a conduta adequada ao ambiente público. Além disso, transmite os valores socialmente aceitos, cujo conhecimento por parte da criança é fundamental para sua posterior adequação aos papéis e às exigências sociais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos afirmar que a inclusão de pessoas com deficiência é um tema que vem se destacando no âmbito de pesquisas educacionais no mundo todo, principalmente, quanto

às estratégias pedagógicas adequadas para que as necessidades educacionais especiais deixem de ser motivo de exclusão e sejam contempladas nos projetos políticos pedagógicos de algumas escolas e instituições.

Desse modo, percebeu-se que a escola é uma manifestação expressiva da cultura que se está inserida, que sofre pressões para acompanhar as novas transformações e lidar melhor com a diversidade do público que deve acolher. Uma clientela de educandos cidadãos têm suas especificidades, que devem ser acolhidas, respeitadas nas suas diferenças.

Diante dessas diferenças e especificidades humanas a escola se vê em uma posição nada favorável às suas reais condições, percebeu-se que diante dessas diversidades, o espaço escolar não pode ser indiferente ignorando os acontecimentos ao seu redor, entretanto a escola Professora Consuelo Pinheiro atende de forma satisfatória a sua clientela com um trabalho de excelência, bem antes das leis brasileiras determinarem a educação inclusiva.

A Constituição Brasileira de 1988 garante o direito à educação para todos, sem distinção, não importando a classe social, condição econômica ou física, todos devem usufruir do mesmo direito: Educação para todos e de qualidade. Sendo assim, é importante que a língua brasileira de sinais seja implementada nos currículos escolares para subsidiar a comunicação entre os educandos e professores e os demais membros da sociedade civil e que também, seja oferecida um ensino bilíngue com diferentes estratégias de ensino, dentre elas os textos multimodais, uma vez que não é apenas nas escolas especiais ou nos atendimentos educacionais especiais que encontramos pessoas surdas.

Diante desse contexto, os objetivos desse estudo foram atingidos à medida que foi possível analisar o processo de inclusão das crianças surdas na Escola Professora Consuelo Pinheiro em Teresina. Além de identificar os desafios da educação bilíngue para surdo, momento que foi possível também verificar as possibilidades legais para o ensino de libras na rede regular de ensino.

Concluiu-se que embora a demanda na Escola Professora Consuelo Pinheiro seja muito intensa, há uma eficácia nos atendimentos, de forma que a sociedade e as famílias os avaliam como satisfatória, principalmente no que tange aos educadores e às atividades desenvolvidas na instituição.

Desse modo, se evidenciou que essa pesquisa trouxe dados interessantes para servir de subsídio para futuras pesquisas, que, com certeza, futuramente, poderão ser continuadas.

REFERÊNCIA

BAR, E; MASUTTI, M. L. **Educação Bilíngue (libras/português): pesquisa** e fazer educativo. Florianópolis; Publicações do IFSC, 2015. Disponível em: <http://www.ifsc.edu.br/pesquisa/menu_inst_livros_do_ifsc>. Acesso em 22 de Nov. de 2021.

BARBOSA, E. S. **Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS**. Teresina: EDUFPI/UAPI, 2010.

BRASIL. **Constituição da república federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei 10.436/02**. MEC, Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. MEC, Brasília.

BRASIL. **Lei que Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**. Lei 12.319, de 01 de setembro de 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. **Nota Técnica nº 51, de 18 de julho de 2012, que dispõe sobre a implementação da educação bilíngue**. Brasília: MEC/SECADI, 2012.

BRASIL. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Lei nº 13.143, de 6 de julho de 2015.

BUSCAGLIA, L. **Os deficientes e seus pais: Um desafio ao aconselhamento**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Record, 2012.

CRUZ, L. S; MATOS, C. T; PIMENTA, L. B. **Gestão escolar: dificuldades e desafios no oferecimento do ensino remoto em tempos de pandemia**. Conedu VIII Congresso Nacional de Educação, 2020.

FREIRE, J. G; DIÓGENES, E. N. **O Ensino Remoto e o papel da Gestão Escolar em tempos de pandemia**. CEDU, v. 12, n. 3, p. 1-12, 2020.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

GOMES, F. L. S. **Processo De Escolarização Dos Surdos No Piauí: História e Memória da Escola de Educação Especial Prof.^a Consuelo Pinheiro (1970 -1996)**. Revista brasileira de estudos pedagógicos, v. 34, n. 12, p. 45-67, mar. 2019.

JESUS, D. M. **Políticas e práticas inclusivas no ensino fundamental: das implicações nacionais às locais.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 41, p. 95-108, jul./set. 2015.

LACERDA, C. B. F. **A inclusão escolar de alunos surdos:** o que dizem alunos, professores e intérpretes sobre esta experiência. Publicado em 01 Set 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ccedes/a/KWGSm9HbzsYT537RWBNBcFc/?lang=pt>>. Acesso em: 04 de jun. 2021.

MARTINS, Lúcia de Araújo Ramos et al. **Inclusão:** Compartilhando saberes. Petrópolis: Vozes, 2011.

MATISKEI, A. C. R. M. **Políticas públicas de inclusão.** Educar. Curitiba, n. 23, Editora UFPR, 2009.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação Especial no Brasil.** História e Políticas Públicas. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

QUADROS, R. M. **Língua de sinais brasileira.** Porto Alegre: Artmed, 2004.

RIBAS, J. B. C. **O que são pessoas deficientes.** São Paulo: editora brasiliense, 2003.

ROSA, D. G. **Educação e surdez** – em defesa da língua de Sinais para a inclusão social dos surdos.

SALLES, H. M. M. L.; FAULSTICH, E; CARVALHO, O. L.; RAMOS, A. A. L. **Ensino de Língua Portuguesa para Surdos.** vol. 2- caminhos para a pratica pedagógica, Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos, 2004.

SANTANA, L. S. A. **O letramento do educando surdo em língua portuguesa.** Revista Sinalizar, Goiânia, v. 3, n. 2, p. 25- 38, jul. / dez., 2018.

SOUSA, R. **Os jesuítas no Brasil.** Revista Mundo em Educação, v. 3, n.4, p.23-34, jun. 2007.

STOKOE et al. **A dictionary of American Sign Language on linguistic principles.** Silver Spring, Md: Linstok Press, 1965.